



Briefing temático

PROTEÇÃO DE DADOS & JORNADA ACADÊMICA

 **FGV DIREITO SP**
CENTRO DE ENSINO
E PESQUISA EM INOVAÇÃO

Schippers, Laurianne-Marie.

Briefing temático [recurso eletrônico] : proteção de dados & jornada acadêmica / Laurianne-Marie Schippers, Fabrício Vasconcelos Gomes e Marília Papaléo Gagliardi. - São Paulo : CEPI-FGV Direito SP, 2021.
10 p.

1. Direito à privacidade. 2. Proteção de dados - Brasil. 3. Alunos. 4. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)]. I. Gomes, Fabrício Vasconcelos. II. Gagliardi, Marília Papaléo. III. Escola de Direito de São Paulo. Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação. IV. Fundação Getulio Vargas. V. Título.

CDU 342.721(81)

Ficha catalográfica elaborada por: Cristiane de Oliveira CRB SP-008061/O
Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

INTRODUÇÃO

O percurso acadêmico de uma aluna em uma Instituição de Ensino Superior (IES) envolve o tratamento de diversos dados pessoais, sejam estes fornecidos pelas próprias discentes, constantes de materiais didáticos utilizados, ou mesmo gerados durante as atividades acadêmicas (em provas, por exemplo).

As IES estabelecem diferentes vínculos com as pessoas que se engajam nas atividades acadêmicas ofertadas. Cada um desses vínculos possui suas especificidades e, portanto, diferenciam-se quanto ao tratamento dos dados pessoais. Correspondendo às diferentes formas de interesse e de participação em atividades acadêmicas, podem-se mencionar os seguintes vínculos:

- **Interessadas em se tornar alunas:** pessoas que desejam ser informadas sobre as atividades acadêmicas, cursos, seminários, dentre outras oportunidades da Instituição;
- **Candidatas a alunas:** participantes de processos seletivos;
- **Alunas:** pessoas aprovadas nos processos seletivos realizados pela IES;
- **Ex-alunas:** pessoas que finalizaram sua participação em algum curso, seminário, disciplina avulsa ou outras atividades acadêmicas oferecidas pela IES.

Nesse sentido, o objetivo do presente Briefing Temático (BT) é oferecer um panorama sobre as considerações essenciais relacionadas à proteção de dados em cada um dos momentos de vinculação entre a estudante e a IES acima indicadas, o que chamaremos de “Jornada Acadêmica”. Serão apresentadas, principalmente, informações relacionadas a **(i) base legal para o tratamento, (ii) finalidade, (iii) possibilidade de armazenamento e (iv) o compartilhamento de informações.**

Este BT foi elaborado com base na experiência acadêmica e profissional desenvolvida no âmbito do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI FGV DIREITO SP), na linha de pesquisa Direito, Tecnologia e Sociedade.



Green Chameleon/Unsplash

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS & RELAÇÃO COM OUTRAS NORMAS APLICÁVEIS

A principal norma considerada para a elaboração deste BT é a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 — “LGPD”)**. Contudo, é importante notar que o setor de Ensino Superior já é bastante regulado e regulamentado, possuindo regras que, mesmo sem mencionar ou utilizar os conceitos jurídicos próprios da área de proteção de dados pessoais, estabelecem obrigações que implicam a realização de tratamentos de dados pessoais. Como exemplos, podem ser citadas as portarias da CAPES, as disposições do MEC e as demais leis sobre o sistema de ensino.

Frisa-se que **a LGPD e as legislações já existentes não estão em situação de conflito**. Havendo disposição específica em lei, o tratamento deve ser feito de acordo com esta. Por exemplo, se uma norma do MEC estabelece que um documento deve ser armazenado por prazo determinado, este prazo deve ser seguido. A LGPD permite, inclusive, que dados pessoais sejam tratados em decorrência da existência de obrigação legal ou regulatória.

PORTARIA 315 / 2018 (MEC)

A Portaria do Acervo Acadêmico, do MEC, e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivos Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, citada no art. 38 da Portaria, estabelecemo "ciclo de vida" de diversos dados pessoais de alunos, bem como dispõem sobre prazos de armazenamento e de destinação final, ao discorrerem sobre o armazenamento de documentos acadêmicos.

Premissas para o tratamento de dados

... **Base legal:** é o fundamento que autoriza o tratamento de dados pessoais por um agente. As hipóteses estão previstas na LGPD em seus Arts. 7º e 11 (referentes a dados pessoais e dados pessoais sensíveis, respectivamente).

**TER UMA
BASE LEGAL PARA
O TRATAMENTO**

**TER UMA
FINALIDADE
BEM DEFINIDA**

**ADEQUAÇÃO ENTRE
O TRATAMENTO
A SER REALIZADO E A
FINALIDADE INFORMADA**

... **Finalidade:** conforme definição do Art. 6º, I, da LGPD, a finalidade se refere à realização do tratamento de dados para propósitos legítimos, específicos e informados ao titular, sem a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível ou desvirtuada. Deve ser definida previamente ao tratamento.

INTERESSADAS E CANDIDATAS A ALUNAS

PROCESSOS SELETIVOS (PS)

No caso de interessadas e candidatas a alunas, uma das principais situações que envolve tratamentos de dados pessoais é a realização de processos seletivos. A realização dessa atividade pode levar (i) à coleta de dados pessoais, a partir de solicitação ao titular; e (ii) à geração de dados pessoais.

DADOS SOLICITADOS EM PROCESSOS SELETIVOS

Para solicitar os dados das candidatas, com a finalidade de permitir a realização do processo de seleção, deverá ser obtido o **consentimento do titular**. Ciente dos dados a serem coletados e das exigências para concorrer à vaga, a candidata deverá optar, de forma livre, por permitir que a IES trate seus dados.

Caso o processo seletivo conte com qualquer tipo de coleta de dados por outros meios (tal como redes sociais, Currículo Lattes etc.), isso deve ser estabelecido pelo respectivo edital. Recomenda-se, também, a inserção de previsão específica no termo de consentimento da inscrição do PS. As pesquisas devem ter sua necessidade atrelada à finalidade de organizar e de executar o PS em questão.

O armazenamento dos dados gerados em PS deverá seguir os critérios da regulamentação do sistema federal de ensino, que estabelece prazos e destinação final, de acordo com a classificação dos documentos em que esses dados aparecem. A regulamentação consiste no Decreto nº 9.235/2017 e na já mencionada Portaria nº 315/2018 do MEC. Dessa forma, para o armazenamento, a base legal aplicável é a de **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**.

Considerando que diferentes instituições podem estar envolvidas na elaboração e na aplicação das provas, é possível que haja necessidade de **compartilhamento** dos dados fornecidos. Esse compartilhamento precisa ser informado à candidata na inscrição do PS. Como é necessário para realizar a prova, a depender do contexto do tratamento, pode ser abrangido pelo **consentimento inicial**, ou ser parte dos procedimentos prévios à **execução do contrato**, entre a candidata e a instituição que realiza o PS. Se for indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela IES, não será necessário obter o consentimento do titular para esse tratamento específico, visto estar respaldado nesta base legal.

REQUISITOS PARA O CONSENTIMENTO

O consentimento só é considerado válido caso três condições sejam atendidas: deve ser uma **manifestação livre da pessoa**, que não pode ser imposta; **informada**, especialmente sobre as finalidades do uso dos dados; e **inequívoca**, ou seja, explícita (e não presumida).

Lagos Tech/unplash



DADOS GERADOS EM PROCESSOS SELETIVOS

Alguns dos dados pessoais que podem ser gerados durante o PS são notas de provas e registros de presença. Os dados gerados e que constem em documentos, cujo ciclo de vida é determinado pela Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Acervo Acadêmico, podem ser tratados de acordo com a regulação pertinente, incidindo, portanto, a base de **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**.

Exemplo importante de dado gerado em PS é a lista de classificação final das candidatas, cuja divulgação é feita publicamente, inclusive por questões de transparência. Dessa forma, recomenda-se que conste, no edital, a informação de que os resultados serão disponibilizados de maneira pública.

DADOS DE ALUNAS

DADOS DE MATRÍCULA

Sendo a candidata aprovada no PS, é possível que alguns dados fornecidos sejam mantidos pela IES para a sua matrícula, como dados de identificação (RG, CPF etc.). Alguns desses dados podem ser necessários para o **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**, e outros podem ter respaldo na base de **execução de contrato**.

No caso dos dados que não sejam necessários para a execução do contrato, ou que não sejam exigidos por legislação ou outra fonte de direito, será necessário o **consentimento** do titular.

DADOS PARA BOLSAS DE ESTUDOS

Para que uma aluna seja elegível a uma bolsa de estudos, pode ser necessário comprovar o atendimento a determinados requisitos, o que poderá ser feito por meio de documentos próprios, como atestados e declarações. É provável que esses documentos contenham dados pessoais, a exemplo de: (i) condição socioeconômica; (ii) desempenho escolar; (iii) materiais produzidos (como carta de intenção); (iv) nacionalidade; e (v) ingresso por cotas, dentre outros.

Havendo tratamento dos dados por exigências de portarias do MEC ou por outras fontes do direito, este será legítimo, visto que estará respaldado pela base do **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**.

Os dados tratados pela IES que não sejam solicitados por lei ou por regulação, ou que não estejam vinculados à execução do contrato de prestação de serviços educacionais, deverão ter como base legal o **consentimento** do titular de dados.



javiertruebalunspias

DADOS DE INTERCAMBISTAS

Os dados pessoais de candidatas a intercâmbio, bem como os de alunas intercambistas, serão tratados tanto pela instituição brasileira quanto pela instituição no exterior. Nesse sentido, é possível dizer que esses dados serão objeto de **transferência internacional**.

A transferência internacional implica maior cuidado no âmbito da proteção de dados pessoais, visto que se deve atentar às normas de proteção de dados no âmbito nacional e no país no qual a instituição de ensino parceira está localizada.

A LGPD estabelece rol específico de opções para legitimar a transferência internacional de dados (art. 33). Atualmente, como há dificuldade para instrumentalizar algumas dessas opções, recomenda-se que a base do **consentimento específico** seja adotada para o caso de candidatura e de fornecimento de dados para realizar o intercâmbio.



DADOS GERADOS NO CURSO DA ATIVIDADE DISCENTE

Durante a vida acadêmica da aluna, diversos novos documentos são gerados, de forma que podem conter dados pessoais e dados pessoais sensíveis. É o caso das avaliações regulares, trabalhos, informações sobre desempenho acadêmico, listas de presença, entre outros. Visto que a geração desses dados está diretamente ligada às atividades de ensino ou rotinas administrativas da IES, a base legal para o tratamento dos dados é a de **execução de contrato**.

Se esses dados vierem a ser utilizados para qualquer outra finalidade que não esteja vinculada à atividade de ensino, e que não seja amparada por legislação vigente, será necessário obter o **consentimento** do titular.

A manutenção das informações referentes à jornada acadêmica das alunas é exigida pela Portaria nº 315/2018 do MEC, aplicando-se a todos os cursos que compõem a grade da IES. Dessa forma, aplica-se a base de **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**.

Ressalta-se que a legislação também estabelece que a IES deve armazenar esses dados tanto em formato físico quanto digital. Os métodos de digitalização devem garantir a confiabilidade, a autenticidade, a integridade, e a durabilidade de todas as informações dos processos e dos documentos digitais.

Pode ser necessário, em certos momentos, realizar o compartilhamento de dados externamente à IES, se essa operação for essencial para o cumprimento de **obrigação legal ou regulatória**. Também, poderá ser realizado com respaldo na **execução de contrato** entre a aluna e a IES. Importante observar que, nessa hipótese, caso sejam utilizadas plataformas para as atividades de ensino, é preciso atentar-se aos termos de uso e política de privacidade destas.

ACERVO ACADÊMICO

É considerado acervo acadêmico o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Esses documentos são referentes à Jornada Acadêmica das alunas e necessários para comprovar os seus estudos.

DADOS DE EX-ALUNAS

Pode ser do interesse da IES armazenar alguns dados de suas ex- alunas. A IES pode ser obrigada a manter certos dados das alunas, permanentemente (ex. nome) ou por um determinado prazo, em virtude de **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**, como por determinação da já citada Portaria nº 315, do MEC, ou por causa de outra fonte de direito.

Outra possível justificativa para o armazenamento de dados pessoais de ex-alunas pela IES é o fato de que essas podem ajuizar alguma ação contra as IES nos âmbitos civil, consumerista, administrativo, entre outros. Dessa forma, os dados podem ser mantidos para resguardar o **exercício regular de direitos** em uma demanda administrativa ou judicial.

Recomenda-se que os dados pertinentes sejam preservados até que inexistam riscos consumeristas, administrativos e civis relacionados àquele titular face à IES.

Outra hipótese de manutenção dos dados é relativo ao interesse de a IES acompanhar o desenvolvimento da aluna fora da instituição, por exemplo, verificando se o curso e a formação oferecida resultaram em melhor posicionamento no mercado de trabalho, ou oferecendo à ex-aluna a possibilidade de integrar associação Alumni.

Exemplos desses dados são: (i) endereço postal; (ii) endereço de e-mail; (iii) informações sobre a vida profissional. Para manter esses dados armazenados, é necessário que se obtenha o **consentimento** do titular. Além disso, deve-se deixar bem claras as finalidades dos tratamentos a serem realizados após o período de vinculação da aluna à IES.

Não havendo justificativas para a manutenção dos dados, eles deverão ser eliminados assim que tiverem sua finalidade cumprida.



ELIMINAÇÃO E EXCEÇÕES

O ciclo de vida dos dados pessoais encerra-se com a sua eliminação. Entretanto, existem justificativas que possibilitam a sua manutenção. Abaixo, constam algumas das hipóteses tanto para a eliminação quanto para a permissão de armazenamento.



Hipóteses para a eliminação dos dados

ELIMINAÇÃO SOLICITADA PELO TITULAR

Quando o tratamento é realizado com base no consentimento do titular, ele pode solicitar a eliminação dos dados. Essa hipótese se aplica aos dados coletados para processo seletivo, por exemplo.

DADOS DESNECESSÁRIOS, EXCESSIVOS OU TRATADOS EM DESCONFORMIDADE COM A LGPD

Quando o titular julgar que os dados tratados são excessivos, desnecessários ou tratados em desconformidade com a LGPD, orienta-se que tanto a solicitação quanto os dados em discussão sejam encaminhados para o Encarregado da IES, de forma que este ofereça as orientações pertinentes sobre o caso.

TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

Com o fim do vínculo entre o titular e a IES, deve haver a eliminação dos dados, a não ser que existam justificativas para a sua manutenção.



Hipóteses para a conservação dos dados

OBRIGAÇÃO LEGAL/REGULATÓRIA

EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITOS EM PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO

- Processo consumerista;
- Processo civil;
- Processo administrativo.

DEMAIS HIPÓTESES DO ART. 16, LGPD

- Realização de estudo por órgão de pesquisa, garantida sempre que possível a anonimização dos dados;
- Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na Lei;
- Uso exclusivo do controlador, vedado o acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

ORIENTAÇÕES GERAIS

O tratamento de dados pessoais deve envolver:

1

BASE LEGAL ADEQUADA

2

FINALIDADE LEGÍTIMA, ESPECÍFICA, EXPLÍCITA E INFORMADA AO TITULAR

3

COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ENTRE O TRATAMENTO E A FINALIDADE INFORMADA AO TITULAR

4

LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO E DA UTILIZAÇÃO DOS DADOS AO MÍNIMO NECESSÁRIO PARA A CONSECUÇÃO DA FINALIDADE

5

ARMAZENAMENTO DOS DADOS APENAS PELO TEMPO NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO OU CASO EXISTA HIPÓTESE DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO

6

ELIMINAÇÃO DOS DADOS



DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Além dos requisitos básicos para o tratamento de dados, as operações realizadas com dados pessoais sensíveis exigem maior cuidado e proteção, visto que a sua utilização pode colocar os titulares de dados em situação de maior **vulnerabilidade**.

Algumas formas de conferir maior segurança ao tratamento desses dados são:



Garantir que apenas as pessoas que efetivamente precisam dessas informações para a realização do tratamento possam acessá-las — i.e., restringir o acesso desses dados às pessoas devidamente autorizadas.



Manter esses dados em servidor que assegure segurança e proteção das informações.



Manter os dados preferencialmente criptografados.

O presente Briefing Temático consiste em material meramente informativo e não substitui a necessidade de aconselhamento jurídico para avaliar o do caso concreto.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas representam, exclusivamente, as opiniões do(a)s seus/suas autores(as) e não, necessariamente, a posição institucional da FGV.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0. Essa licença permite que outros façam download do material e o compartilhem desde que atribuam crédito ao autor corretamente, mas sem alterar o material de nenhuma forma ou utilizá-lo para fins comerciais. Veja o [texto da licença](#).



[Nosso site](#) | [Medium](#)

EQUIPE DO CEPI

Coordenação Técnica

Alexandre Pacheco da Silva

Coordenação Executiva

Victor Nóbrega Luccas

Equipe de Pesquisadores(as)

Fábio Ferraz de Almeida

Fabício Vasconcelos Gomes

Fernando Issao Ninomiya

Laurianne-Marie Schippers

Livia Pazianotto Torres

Marcelo de Castro Cunha Filho

Maria Cecília Oliveira Gomes

Marília Papaléo Gagliardi

Jordan Vinícius de Oliveira

Ramon Silva Costa

Thaís Duarte Zappellini

Responsáveis pelo conteúdo e elaboração deste material

Laurianne-Marie Schippers

Fabício Vasconcelos Gomes

Marília Papaléo Gagliardi

Responsável pelo layout

Laurianne-Marie Schippers

Projeto gráfico e diagramação

Gustavo Abumrad

Ícones: flaticon.com

Imagem de capa: PeopleImages/iStockphoto.com